

Glossário de Estratégia

Luís Delgado*

A Estratégia, tal como outras áreas do conhecimento, utiliza uma linguagem própria, carregada de símbolos e expressões herméticas. Este glossário procura descodificar o discurso sobre questões de defesa e segurança veiculado repetidamente pelos media e analistas.

Tendo em conta as características desta revista, o glossário abrange os termos considerados básicos para o entendimento da linguagem estratégica. Por isso, o critério adoptado foi o de inserir apenas a terminologia – alguma mesmo na sua expressão original – com a qual somos confrontados repetidas vezes. Esta solução permite, por outro lado, que a revista publique anualmente os termos mais significativos que entretanto vão surgindo no vocabulário da Estratégia, ao mesmo tempo que outros glossários sobre áreas específicas serão preparados no âmbito do IEEI.

Mais do que um exercício pessoal de teorização – manifestamente impossível num tema em que a maioria dos termos e expressões estão há muito e consensualmente definidos – este glossário resulta sobretudo da consulta, interpretação e adaptação da inumerável bibliografia existente sobre esta arte e ciência.

A

Acordo sobre Acidentes Nucleares

Acordo assinado entre os EUA e a URSS em 30 de Setembro de 1971, estabelece a imediata notificação de qualquer das partes no caso de um incidente com uma arma nuclear, bem como se os sistemas de alerta de mísseis detectarem objectos não identificados. Em 1976 e 1977 a França e a Grã-Bretanha assinaram acordos idênticos com a URSS.

Acordo para a Prevenção da Guerra Nuclear

Assinado em 22 de Junho de 1973 pelos EUA e URSS, este acordo estabelece que as duas partes se comprometem, em situação de crise que ponha em perigo a paz e a segurança internacional, a estabelecer consultas mútuas por forma a evitar um conflito nuclear. O acordo prevê ainda que as duas partes se absterão de usar a força ou a ameaça de força entre elas, contra os aliados de uma das partes ou contra outros países.

Acordo de Standardização (STANAG)

Documento assinado pelos Estados aliados que prevê a adopção de equipamento militar, munições, abastecimentos e sobressalentes iguais ou similares, bem como procedimentos operacionais, logísticos ou administrativos idênticos ou equivalentes. A

* Jornalista

aceitação por qualquer país de uma publicação NATO editada pela Agência Militar de Standardização pode considerar-se como um acordo de standardização. Vulgarmente designado por STANAG.

Acordo de Vladivostok

Reunidos em Vladivostok, o presidente Gerald Ford e o secretário-geral Leonid Brejnev decidem manter em vigor as cláusulas mais importantes do Acordo Interino do Tratado SALT I até 31 de Dezembro de 1985; aceitar a introdução de melhorias técnicas nos mísseis; abandonar os limites do SALT I para os SLBMs; e finalmente proibir a conversão das rampas de lançamento de mísseis leves para mísseis pesados.

Acta Final de Helsínquia

Os EUA, URSS e 33 outras nações participantes na Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) assinam em 1 de Agosto de 1975, em Helsínquia, um documento que estabelece a notificação de manobras militares que envolvam mais de 25 mil soldados e define outras medidas de confiança.

Ajuda Externa

Concessão de assistência económica ou militar a países estrangeiros. A ajuda económica inclui a utilização de excedentes alimentares, assistência técnica, empréstimos de desenvolvimento, subsídios de capital e garantias de investimento. A ajuda militar, sob a forma de armas, treino e apoio defensivo (pagamento de despesas civis para compensar o dinheiro que o país receptor gastou na sua própria defesa), é fornecida numa base selectiva tendo em vista reforçar a resistência a agressões externas ou internas.

Alerta

Estado de prontidão caracterizado pelas medidas tomadas com vista a uma acção ofensiva ou defensiva. O alerta pode ser estratégico, quando se lança um aviso da iminência do rompimento das hostilidades pelo inimigo; ou tático, quando o aviso indica o início das hostilidades.

Alvo Fácil

Alvo não significativamente protegido dos vários efeitos de um ataque nuclear.

Apaziguamento

Termo utilizado para descrever concessões feitas a um potencial agressor na esperança de que este domine o seu desejo de expansão e a paz seja mantida. O acordo do primeiro-ministro Neville Chamberlain em Munique, em 1938, no qual aceitou a exigência de partilha da Checoslováquia formulada por Adolf Hitler, é um exemplo clássico de apaziguamento.

Armas Biológicas (BW)

Organismos vivos ou material infeccioso utilizados numa guerra para causar doenças ou morte em homens, animais ou plantas.

Armas Convencionais

Armas que não provocam destruição maciça e/ou as que não são nucleares, biológicas ou químicas – excepto de controlo remoto, incendiárias e de fumo. (Ver **Armas de Destruição Maciça**).

Armas de Destruição Maciça

Armas nucleares ou de outro tipo – biológicas ou químicas – que produzem a destruição maciça de seres vivos e/ou efeitos físicos comparáveis. (Ver **Armas nucleares; Armas termonucleares; Armas biológicas; Armas químicas**)

Armas Euro-Estratégicas

Armas nucleares estratégicas produzidas e concebidas para serem usadas no teatro europeu, também designadas por euomísseis.

Armas de Feixes de Partículas

Engenhos que funcionam pela aceleração de partículas subatómicas (neutrões, electrões ou prótons) ou átomos de hidrogénio ionizado a velocidades aproximadas à da luz, criando um feixe de energia de elevada densidade. O feixe de partículas destrói o alvo através da perfuração da sua superfície e da deposição da energia concentrada no interior. Esta arma é uma das prováveis componentes do sistema de defesa contra mísseis previsto na SDI.

Armas Nucleares Tácticas

Armas nucleares com um alcance inferior a 100 quilómetros. Por exemplo, as granadas nucleares utilizadas pela artilharia. (Ver **Mísseis SRBM**)

Armas Químicas (CW)

Substâncias químicas – gasosas, líquidas ou sólidas – que podem ser utilizadas como armas devido aos seus efeitos letais em seres vivos.

Arma Química Binária

Bomba composta por dois produtos químicos de baixa toxicidade, que uma vez misturados durante o trajecto do engenho até ao alvo produzem um agente químico de elevada letalidade. O «gás de nervos» é um exemplo deste tipo de arma.

Arma de Radiação Elevada (ERW)

Ver Bomba de Neutrões.

Armas de Raios Laser

Engenhos que projectam feixes de luz altamente concentrados (fótons) gerados por reacções químicas entre o hidrogénio e gases de fluorido (lasers químicos); ou pela excitação de moléculas de gases inertes com electricidade (laser «excimer»); ou pela amplificação de um feixe de laser com um feixe de partículas (laser de electrões)

livres); ou finalmente adicionando materiais sólidos aos raios X ou gama gerados por uma explosão nuclear. As armas de laser destroem os seus alvos pelo calor, propagação da onda de choque, radiações, ou a combinação destes processos. Esta arma é uma das prováveis componentes do sistema de defesa contra mísseis balísticos previsto na SDI.

Arma Termonuclear

Arma nuclear em que a maior parte da energia libertada pela explosão resulta da fusão termonuclear. As altas temperaturas necessárias a uma tal reacção são obtidas pelo processo de fusão. A arma termonuclear é também conhecida por Bomba H ou de Hidrogénio. (Ver **Fusão**)

Assembleia Geral da ONU

Órgão mais importante das Nações Unidas, no qual todos os membros estão igualmente representados. A Assembleia evoluiu até se tomar o foco de várias actividades das Nações Unidas. Por um lado, é um fórum internacional em que cada nação membro pode discutir os seus problemas internacionais com todas as outras e, por outro, é uma conferência internacional permanente. É um «Ponto de Encontro do Mundo», através do qual a atenção da opinião pública mundial pode ser atraída para um dado problema. Funciona numa relação directa ou indirecta com quase todas as actividades levadas a cabo pela organização mundial. As suas responsabilidades específicas incluem: 1) eleição de alguns ou todos os membros dos outros cinco órgãos mais importantes; 2) apreciação anual das actividades de todos os segmentos da organização; 3) controlo do orçamento, e 4) tomar decisões e fazer recomendações aos membros sobre todos os assuntos da jurisdição das Nações Unidas. As medidas são normalmente adoptadas por um voto de maioria simples, mas «questões importantes», conforme definidas pela Carta ou determinadas por uma maioria da Assembleia, requerem uma votação superior a dois terços dos membros presentes e votantes. O poder mais importante da Assembleia – lidar com actos de agressão e quebras de paz quando o Conselho de Segurança se encontra num impasse devido a um veto – não foi investido na Assembleia pela Carta, mas assumido por ela em 1950 através da resolução «Unidos para a Paz».

Ataque por Antecipação

Ataque lançado em antecipação a uma alegada intenção inimiga em iniciar hostilidades.

Ataque Cruzado

Plano de ataque que utiliza um número de ogivas transportadas por diferentes vedares para o mesmo alvo, implicando uma maior probabilidade de destruição do alvo.

AWACS

Sistema de controlo e alerta aéreo instalado num Boeing 707 modificado. Tem um raio de 300 quilómetros e os seus sistemas de radar controlam aviões fornecendo todos os dados do aparelho, como altitude, velocidade e posição. Voa a nove mil metros de altitude e pode permanecer no ar durante três dias seguidos com uma tripulação de 17 homens.

B

Base de Mobilização

O total dos recursos disponíveis, ou que podem vir a estar disponíveis, para fazer face a necessidades de uma guerra previsível. Tais recursos incluem os serviços humanos e materiais necessários para o apoio a actividades militares, civis e de sobrevivência, assim como os elementos que afectam o seu estado de preparação, como por exemplo: níveis humanos, grau de treino, modernização de equipamento, mobilização de instalações e reservas materiais, continuidade do Governo, planos e medidas de preparação da defesa civil, preparação psicológica dos cidadãos, acordos internacionais, planeamento com a indústria, dispersão, e controlos e legislação de estado de alerta.

Bomba de Neutrões

Engenho nuclear concebido para maximizar os efeitos das radiações ao mesmo tempo que reduz a onda de choque e os efeitos térmicos. Esta bomba provoca a morte instantânea de seres vivos sem afectar as estruturas materiais.

Bons Ofícios

Método de solução pacífica pelo qual uma terceira nação tenta fazer chegar a acordo duas nações em disputa. O Estado que oferece os seus bons ofícios procura simplesmente criar condições favoráveis para que os Estados em conflito possam discutir as suas divergências. Os bons ofícios não incluem a participação nas negociações nem a sugestão de uma solução, embora os Estados em disputa os possam solicitar. Quando acontece isto, os bons ofícios tomam-se mediação.

C

Capacidade

Meios para executar uma acção específica. A capacidade pode ou não ser acompanhada por uma intenção.

Capacidade de Carga

A capacidade de armamento e/ou carga de um dado avião ou sistema de mísseis, expressa em quilos, número de bombas, de mísseis ar-ar ou ar-terra, recipientes de produtos químicos militares, canhões, sensores, sistemas de contramedidas electrónicas, etc., e também em termos de potência das ogivas dos mísseis (quilotoneladas, megatoneladas).

Capacidade de Destruição Assegurada

Capacidade para infligir, em qualquer altura, danos inaceitáveis a um agressor ou uma aliança de agressores, mesmo no decorrer de um conflito nuclear e após ter sofrido um primeiro ataque de surpresa. (Ver **Primeiro Ataque; Destruição Mútua Assegurada; Danos Inaceitáveis**)

Capacidade de Primeiro Ataque

Capacidade militar considerada suficiente para tentar eliminar o poder de retaliação inimigo num primeiro ataque. Normalmente envolve um ataque contra forças. (Ver **Estratégia Contraforças**)

Capacidade de Segundo Ataque

Capacidade de sobreviver a um primeiro ataque com armas e recursos suficientes para efectuar um ataque retaliatório. (Ver **Destruição Mútua Assegurada; Primeiro ataque; Danos Inaceitáveis**)

Carta das Nações Unidas

Tratado multilateral que serve de constituição da Organização das Nações Unidas. A Carta foi elaborada e assinada em São Francisco, em 29 de Junho de 1945; foi ratificada por 51 nações e entrou em vigor em 24 de Outubro de 1945, desde então designado Dia das Nações Unidas. O documento consiste num preâmbulo e contém 111 artigos que prevêm a criação de seis órgãos principais e definem os poderes que cada um deles exercerá.

CENTO

Ver **Organização do Tratado Central**.

Cisão

Processo físico de divisão do núcleo atómico – por bombardeamento de neutrões – de elementos pesados como o urânio e plutónio, desencadeando uma reacção em cadeia

com a libertação de grandes quantidades de energia. A fissão foi o processo utilizado nas primeiras bombas nucleares, as chamadas Bombas A ou Atômicas. (Ver **Fusão; Arma Termonuclear**)

Clube Nuclear

Termo de gíria referente a países que desenvolveram as suas próprias forças e capacidades nucleares.

Coacção

Processo para influenciar, através de um ou vários instrumentos, uma outra parte, aliciar ou fazer cessar determinada acção, a qual de outra forma seria levada a cabo. A coacção é positiva, por natureza, enquanto a dissuasão é negativa.

Comando-Controle-Comunicações e Informações (C3I)

Sistema que se refere a um conjunto de facilidades, equipamento, pessoal e meios usados para obter, processar e analisar as informações necessárias aos líderes políticos e militares para planearem, dirigirem e controlarem operações.

Comissão Consultiva Permanente

Comissão estabelecida em Dezembro de 1972 pelo Tratado SALT I. Esta Comissão reúne-se com regularidade e os seus objectivos, na linguagem do tratado, são «promover os objectivos e incrementar» os pontos do Tratado e do Acordo Interino SALT.

Comité de Planeamento de Defesa

Órgão da NATO formado em 1966 após a saída da França da sua estrutura militar. Este comité estuda o planeamento militar integrado e outros assuntos nos quais a França não participa.

Conceito Estratégico

Linha de acção geral adoptada em resultado da apreciação da situação estratégica. Este conceito é definido de forma ampla e flexível, tendo em vista a implementação de um conjunto de acções fundamentais.

Conceito de «Rastilho»

Forças terrestres localizadas perto da fronteira de um potencial invasor e que podem servir de detonador. Insuficientes para repelir o agressor por si só, o seu envolvimento num conflito importante despoletaria uma escalada, geralmente levando ao emprego de armas nucleares. As tropas americanas na Alemanha Ocidental e as divisões de infantaria francesas colocadas ao longo da fronteira franco-alemã, estão ambas compreendidas neste conceito.

Condução da Guerra

Coordenação e direcção superior de todos os meios utilizados – políticos, económicos, diplomáticos e militares – para fazer a guerra.

Condução por Inércia

Sistema de direcção concebido para projectar um míssil numa trajectória pre-determinada, em que essa trajectória é ajustada após o lançamento por sistemas computadorizados incluídos no míssil e independentes de informação externa. O sistema

mede e converte as acelerações efectuadas em distância percorrida numa dada direcção.

Conferência de Desarmamento na Europa (CDE)

A 17 de Janeiro de 1984 tem início em Estocolmo, com a presença de 35 Estados, a Conferência de Desarmamento na Europa (COE) com o objectivo de debater um acordo sobre medidas de confiança e segurança entre os dois blocos e o desarmamento na Europa. A COE é um processo integrante da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) e especificamente destinada a melhorar as medidas de confiança aprovadas na Acta Final de Helsínquia. (Ver **Acta Final de Helsínquia; CSCE**)

Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE)

Conferência de 35 Estados que teve pela primeira vez lugar na capital da Finlândia, onde a 1 de Agosto de 1975 foi assinada a Acta Final de Helsínquia. Esta Conferência tem por objectivo debater medidas de confiança, segurança e cooperação económica entre o Leste e Oeste, bem como questões de direitos humanos. A segunda reunião da CSCE teve lugar em Madrid, em 1983, e a última em Viena, no início de 1986, para analisar os progressos efectuados na Conferência de Desarmamento na Europa (CDE).

Conselho de Segurança da ONU

Um dos seis órgãos principais das Nações Unidas, ao qual foi dada a responsabilidade de manter a paz e a segurança no mundo. Há cinco membros permanentes – Grã-Bretanha, China, França, União Soviética e Estados Unidos – e dez membros não permanentes eleitos pela Assembleia Geral por períodos de dois anos, sendo cada ano escolhidos cinco. Decisões processuais e de substância são tomadas por voto afirmativo de nove membros mas, no segundo caso, um veto emitido por qualquer dos membros permanentes inviabiliza qualquer acção. Na discussão de medidas para a solução pacífica de uma questão, se um membro do Conselho for parte nessa questão, deverá abster-se de votar. Nações que não pertençam ao Conselho podem ser convidadas a participar, sem direito a voto, em deliberações do Conselho, se estiverem envolvidas numa disputa que estiver a ser debatida. O Capítulo VII da Carta atribui ao Conselho de Segurança a responsabilidade de «determinar a existência de qualquer ameaça à paz, quebra da paz ou acto de agressão...» O Conselho pode fazer recomendações ou decretar medidas concretas para restaurar a paz e a segurança. (Ver **Assembleia Geral**)

Contenção ou Doutrina Truman

Política geral adoptada em 1947 pela Administração Truman para construir «situações de força» na periferia da União Soviética e Europa de Leste com vista a conter o poder comunista dentro das suas fronteiras. Subjacente à política de contenção estava a crença de que, se a expansão soviética pudesse ser travada, o comunismo desmoronaria-se apenas por efeito da sua fraqueza interna. Esta política foi primeiro aplicada num programa de ajuda militar à Grécia e à Turquia.

Contramedidas Electrónicas (ECM)

Medidas electrónicas concebidas para prevenir ou reduzir o uso efectivo pelo inimigo de armas e táticas que utilizem radiações electromagnéticas.

Contra-Contramedidas Electrónicas (ECCM)

Medidas de guerra electrónica implicando acções para conservar a eficácia na utilização do espectro electromagnético apesar das contramedidas electrónicas usadas pelo inimigo.

Controlo de Armamentos

Acordos internacionais – implícitos ou explícitos – que regulam quantidades, tipos, características, produção, instalação e uso de forças armadas e armamentos. (Ver **SALT I e II; Tratado ABM**)

Controlo Civil

Princípio constitucional que consagra a supremacia da sociedade civil sobre os militares na salvaguarda das instituições da nação.

Convenção sobre Armas Biológicas

Convenção assinada em 10 de Abril de 1972 por 94 países, proibindo a utilização de materiais biológicos em caso de guerra. A URSS acedeu subscrever este acordo depois de as armas químicas terem sido retiradas dos termos da convenção.

Convenção de Genebra

Assinada em 12 de Agosto de 1949 por 151 países, a Convenção de Genebra estabelece medidas de protecção das vítimas de guerra, designadamente as condições de tratamento dos feridos das Forças Armadas em campo de batalha e dos náufragos em conflitos navais.

Cordão Sanitário

Zona entre duas forças ou Estados inimigos.

Corrida aos Armamentos

Competição entre dois ou mais países ou alianças que resulta na proliferação e produção de novas armas; num aumento ou incremento do poder destrutivo das armas na posse dessas partes e/ou no crescimento das suas Forças Armadas. A corrida às armas resulta de convicções de segurança nacional que apontam para uma superioridade quantitativa e qualitativa, ou ambas.

Credibilidade

Percepção de uma Nação de que o seu inimigo tem forças adequadas e vontade nacional para agir de acordo com as doutrinas publicitadas. A credibilidade é um dos pilares fundamentais da dissuasão. (Ver **Dissuasão**)

Cruise

Ver Míssil de Cruzeiro.

Custo– Eficácia

Descrição das condições que levam a um determinado fim e nas quais os meios são usados no máximo das suas capacidades e no mínimo do seu custo. Por outras palavras, alcançar o máximo efeito pelo mínimo custo.

D

Danos Colaterais

Danos em áreas não especificamente alvejadas e causados pelos efeitos de ataques próximos da zona do alvo.

Danos Inaceitáveis

Contabilização teórica dos danos causados por um ataque de retaliação, os quais são suficientemente elevados para dissuadir o inimigo de lançar um primeiro ataque. Valores nacionais e considerações económicas ajudam a determinar o nível de danos inaceitáveis.

Declaração de Guerra

Anúncio formal por uma Nação de que existe um estado de guerra com outra Nação.

Défense (de) Tous Azimuts

Expressão usada como referência à recusa da França, durante a presidência de Charles De Gaulle, de indicar uma das superpotências como constituindo a ameaça principal à segurança nacional. Este conceito implica o uso combinado das forças francesas – nucleares e convencionais – para fazer face a uma ameaça proveniente de qualquer direcção, e tem sido a estratégia oficial da França até à actualidade.

Defesa Avançada

Estratégia da NATO que dita a resistência a uma invasão do Pacto de Varsóvia no ponto de penetração, em oposição a uma retirada ordenada para linhas mais defensáveis. Esta estratégia tem sido particularmente defendida pela Alemanha Federal, já que qualquer retirada implicaria a perda de território alemão.

Defesa Civil

Medidas passivas concebidas para minimizar os efeitos de uma acção inimiga em todos os aspectos da vida civil, particularmente para proteger as populações. Inclui medidas de emergência para reparar ou restaurar sistemas e instalações considerados vitais.

Defesa Nacional

Conjunto de medidas políticas, económicas, militares, sociais e culturais que permitem reforçar as potencialidades de um Estado e minimizar as suas vulnerabilidades, tornando-o apto a enfrentar todo o tipo de ameaças que possam pôr em causa a segurança nacional.

Demonstração de Força

Exibição propositada das Forças Armadas perante o inimigo ou potencial inimigo, normalmente numa situação de crise, para reforçar a necessidade de dissuasão.

Destruição Mútua Assegurada (MAD)

Conceito de dissuasão mútua que assenta na capacidade de qualquer uma das actuais superpotências nucleares poder infligir danos inaceitáveis na outra, mesmo depois de ter sofrido um primeiro ataque nuclear. Este conceito é a base fundamental do Equilíbrio do Terror. (Ver **Equilíbrio do Terror**)

Détente

Termo diplomático francês que descreve uma situação de dissipação de confrontos e redução da tensão entre dois ou mais países. Um período de détente proporciona um melhor ambiente internacional, que por sua vez pode contribuir para a resolução de questões específicas ou para reduzir as tensões suscitadas pelos problemas políticos que estiveram na base das relações hostis. A détente pode resultar de acordos entre chefes de Estado obtidos no decurso de uma reunião cimeira, da assinatura de um importante tratado ou de alterações das tácticas e estratégias básicas dos Estados envolvidos. A maioria dos analistas coincide em referir que o período de détente entre os EUA e a URSS foi iniciado na primeira cimeira entre Richard Nixon e Leonid Brejnev, em Maio de 1972, prolongando-se até ao final da Administração Ford. Outros autores, como André Fontaine, defendem que esse período só terminou em 1979 – Administração Carter – quando as forças soviéticas invadiram o Afeganistão. Em Portugal utiliza-se normalmente o termo **desanuviamento**.

Dia D

Dia em que se inicia uma operação ou que é programada para se iniciar. Poderá ser também o dia do início de hostilidades ou de qualquer outro tipo de operações.

Diplomacia

O processo através do qual os Estados mantêm relações políticas entre si. A engrenagem da diplomacia inclui uma entidade que decide da política externa e missões diplomáticas no estrangeiro. A diplomacia pode ser elaborada através de negociações abertas – conferências – ou secretas. Ocasionalmente, a diplomacia é praticada por chefes de Estado, processo chamado «diplomacia cimeira».

Dissuasão

Capacidade retaliatória das forças militares de uma nação considerada suficiente para desencorajar um potencial inimigo de lançar um ataque. A dissuasão só tem credibilidade quando uma nação possui sistemas de defesa eficazes e diversificados, que mantenham intacto o poder de retaliação das suas Forças Armadas, mesmo após

ter sofrido um primeiro ataque por parte do inimigo. (Ver **Capacidade de Primeiro Ataque; Capacidade de Segundo Ataque; Estratégia**)

Dissuasão Extensiva

Extensão do efeito dissuasor das forças nucleares estratégicas dos Estados Unidos para proteger outros países de qualquer agressão, designadamente os aliados da NATO, do Tratado de Anzus e o Japão.

Dissuasão pela Negativa

Dissuadir outra potência de lançar um primeiro ataque convencendo-a de que não alcançará nenhum benefício militar. Esta posição implica basicamente o desenvolvimento de meios para limitar os danos, e corresponde ao conceito soviético de dissuasão.

Dissuasão Proporcional

Poder dissuasivo de potências médias que mantêm uma capacidade nuclear suficiente para infligir danos inaceitáveis no eventual agressor, apesar de possuírem um pequeno arsenal nuclear. A dissuasão proporcional é o fundamento da Force de Frappe, que teoricamente protege o território francês de uma agressão de qualquer superpotência.

Doutrina Brejnev ou da Soberania Condicionada

Conceito doutrinário formulado pelo líder soviético Leonid Brejnev que prevê a utilização, se necessário, das Forças Armadas soviéticas para manter no poder regimes comunistas amigáveis em Estados vizinhos ou considerados vitais para os objectivos de segurança da URSS. Esta doutrina da Soberania Condicionada foi posta em prática na Checoslováquia, em 1968, e no Afeganistão, em 1979.

Doutrina Carter

Ver Estratégia de Contraposição.

Doutrina McNamara

Ver Resposta Flexível

Doutrina Militar

Princípios fundamentais pelos quais as forças militares guiam as suas acções em apoio de objectivos nacionais. A doutrina é peremptória, mas requer uma decisão quando é aplicada.

Doutrina Monroe

Declaração unilateral de política externa americana, feita pelo presidente James Monroe na sua mensagem anual ao Congresso em 1823, opondo-se a qualquer intervenção europeia nos assuntos do continente americano. Monroe reafirmou

igualmente a intenção americana de evitar interferir nos assuntos europeus. A doutrina tinha como objectivo impedir a Santa Aliança de ajudar a Espanha na reconquista das novas repúblicas latino-americanas. Esta doutrina voltou a ser invocada, desta vez por certos sectores da Europa, para criticar o presidente Ronald Reagan e as consequências da sua Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI).

Doutrina Nixon

Anunciada pelo presidente Nixon em 1970, a Doutrina Nixon proclamava aos aliados dos Estados Unidos que a dissuasão nuclear continuaria a ser assegurada pela tríade estratégica americana, mas que, em caso de guerra local, o país ameaçado assumiria a maior parte das responsabilidades de defesa. Esta declaração de princípios, também conhecida por Doutrina de Guam, reflectiu pressões internas no sentido da redução das despesas com a defesa e dos compromissos com o estrangeiro.

Doutrina Truman

Ver Contenção

Doutrina da Vitória

Esta doutrina preconiza a existência de forças equipadas para conduzir e vencer um conflito a qualquer nível. Está em oposição à dissuasão, cujas forças existem apenas para prevenir a eventualidade de uma guerra. A doutrina da vitória é geralmente associada à URSS.

«Dupla Decisão» da NATO

A 12 de Dezembro de 1979, a Aliança Atlântica aprovou a «Dupla Decisão» para fazer face à instalação dos mísseis SS-20 pela URSS. A primeira decisão apelava para negociações com a URSS por forma a repor-se o equilíbrio nas forças nucleares de alcance intermédio instaladas na Europa {INF} ao nível mais baixo possível. Na ausência de um acordo, como se verificou, a segunda decisão da NATO anunciava a modernização das suas forças INF com a instalação em países aliados de 464 mísseis de cruzeiro e 108 Pershing II, a iniciar em Dezembro de 1983, o que veio a acontecer.

E

Equilíbrio Militar

Comparação do poder e meios de combate entre dois países ou coligações.

Equilíbrio de Poder

Sistema de alinhamento de poder no qual a paz e a segurança podem ser mantidas graças a um equilíbrio entre blocos rivais. As nações participantes num sistema de equilíbrio de poder aliam-se a Estados amigos para protegerem as suas posições de poder.

Equilíbrio do Terror

Estado de dissuasão mútua entre as duas superpotências baseada na capacidade de destruição mútua assegurada (MAD). (Ver **Destruição Mútua Assegurada**)

Equivalência em TNT

Medida da energia libertada pela detonação de uma arma nuclear, ou pela explosão de uma dada quantidade de matéria físsil, e comparada em termos da quantidade de trinitrotolueno (TNT) que seria necessária para libertar a mesma quantidade de energia ao explodir. (Ver **Quilotonelada; Megatonelada**)

Equivalência Essencial

Política que prescreve uma certa equivalência nas capacidades e na eficácia dos armamentos sem implicar igualdade numérica em todos os tipos de armas. Esta linha política é normalmente adoptada pelos Estados Unidos nas negociações para o controlo de armamentos.

Erro Circular Provável (CEP)

Medida para definir a precisão de um sistema de armas e usado como factor de probabilidade de danos no alvo. O CEP é definido por um raio de círculo no qual a ogiva tem 50 por cento de probabilidades de falhar.

Escalada

Intensificação de um conflito através do uso de armas mais poderosas, de um maior número de forças ou do seu alastramento geográfico. Este termo emprega-se em geral para designar a passagem da guerra convencional para a guerra nuclear.

Espectro de Conflitos

Vários tipos de hostilidades, que vão desde a crise em situação de guerra fria à forma mais violenta de guerra generalizada.

Estado-Maior

Grupo de oficiais colocados num quartel-general de uma divisão, ou unidade maior, para ajudar os seus comandantes no planeamento, coordenação e supervisão das operações.

Estado de Sítio

Situação de excepção em que a totalidade ou uma parte do território nacional fica sujeita, por determinação da autoridade competente, à supressão de direitos, liberdades e garantias constitucionais.

Estimativa de Informações

Avaliação de elementos informativos relacionadas com uma situação ou condição específica na qual se determinam os meios de acção e o potencial que o inimigo poderá utilizar, ordenando assim um conjunto de opções.

Estratégia

Arte e ciência de usar o poderio nacional em qualquer circunstância para alcançar o controlo desejado sobre o opositor mediante a aplicação da força, da ameaça de força, pressões indirectas, diplomacia, subterfúgios e outros métodos imaginativos na prossecução de objectivos de segurança nacional. (Ver **Objectivos Nacionais**)

Estratégia Contracidades

Conceito estratégico que dita a destruição ou neutralização de zonas inimigas não militares tais como centros populacionais, complexos industriais, recursos naturais ou instituições.

Estratégia Contraforças

Uso de forças nucleares estratégicas para destruir ou danificar instalações militares do inimigo. Silos ABM e instalações de defesa aérea, centros de comando e controle, instalações do exército e da marinha, aeroportos, silos ICBM e submarinos nucleares são alvos típicos da estratégia contraforças.

Estratégia de Contraposição ou Doutrina Carter

Foi o secretário da Defesa Harold Brown que empenhou os Estados Unidos na estratégia de contraposição durante a Administração Carter. Esta estratégia determina a existência de forças capazes de responder a qualquer tipo de ataque e de modo a que o inimigo não tenha qualquer esperança de alcançar um objectivo racional. Por outras palavras, qualquer vitória inimiga conduzirá a importantes perdas.

Estratégia Defensiva

Estratégia concebida para proteger uma Nação, os seus postos avançados, e/ou os seus aliados da eventualidade de um ataque global. Implica uma defesa contra mísseis e bombardeiros. A SDI é por definição uma estratégia defensiva. (Ver **SDI; Estratégia Ofensiva**)

Estratégia Ofensiva

Estratégia concebida para destruir a capacidade militar inimiga durante uma guerra global, ou para levar essa capacidade a uma degradação que conduza ao seu enfraquecimento. (Ver **Interesse Nacional; Objectivos Nacionais; Forças Residuais**)

Estratégico

Termo referente às relações de poder existentes entre nações e à sua capacidade para controlar certos aspectos do ambiente internacional. Aplica-se também a vectores de ataque com alcance intermédio ou intercontinental, geralmente nucleares. (Ver **Estratégia; Vector**)

F

Fall-Out

Partículas contaminadas com material radioactivo que são espalhadas pela superfície e atmosfera terrestre na sequência de uma explosão nuclear.

Firebreak

Termo de gíria para designar a barreira psicológica que inibe a escalada de um conflito de um nível de intensidade para outro, especificamente a passagem da guerra convencional para a guerra nuclear. (Ver **Limiar de Nuclearização**)

Follow-On Force Attack (FOFA)

Conceito táctico aprovado pelo Comité de Planeamento de Defesa da NATO, a 9 de Novembro de 1984, por proposta do general Bernard Rogers, que ordena o lançamento de um ataque, com meios convencionais, contra forças inimigas de reforço colocadas na retaguarda de apoio às forças de primeiro escalão. Este conceito também tem sido designado por retaliação convencional.

Force de Frappe

Termo aplicado às forças nucleares francesas quando usadas como força de retaliação no caso de ter falhado o seu efeito de dissuasão, e o território da França ter sofrido um primeiro ataque. (Ver **Santuário**)

Forças Nucleares de Teatro

Armas nucleares abaixo do nível estratégico mas com alcance superior a 100 quilómetros (táctico). Estas armas podem ser lançadas de aviões (bombardeiros médios e ligeiros ou aviões tácticos), de plataformas terrestres (MRBM; IRBM) e navais (SSBN). Todas as armas nucleares de alcance intermédio estacionadas na Europa estão incluídas nesta categoria. (Ver **Mísseis de Alcance Intermédio; Teatro de Operações**)

Forças Residuais

Forças não utilizadas e com potencial de combate suficiente para continuar operações militares, mas deliberadamente postas de reserva. Termo também aplicado a forças que sobreviveram a um primeiro ataque.

Fusão

Processo físico de fusão de elementos leves de hidrogénio (deutério-trítio) com elementos pesados (lítio) desencadeando uma reacção em cadeia. Este processo utiliza o calor libertado por um pequeno explosivo convencional para iniciar a fusão dos núcleos, e a designação de termonuclear advém de esta reacção ser sustentada pelo calor e não por neutrões. (Ver **Arma Termonuclear**)

G

Grupo Europeu Independente de Programas (IEPG)

Grupo de Estados criado para o estudo e desenvolvimento da cooperação europeia em equipamentos de defesa, e no qual também participa a França. Os outros membros são: Bélgica, Dinamarca, República Federal da Alemanha, Itália, Grécia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Turquia e Grã-Bretanha.

Guarda-Chuva Nuclear

Termo utilizado para descrever a protecção que os Estados Unidos oferecem aos seus aliados através das suas forças nucleares. Esta protecção contra a agressão é conseguida através da ligação da segurança desses aliados às armas nucleares dos Estados Unidos. (Ver **Teoria de «Coupling»**)

Guerra das Estrelas

Expressão utilizada pela primeira vez na imprensa norte-americana para designar a Iniciativa de Defesa Estratégica anunciada pelo presidente Ronald Reagan em 1983. (Ver **Iniciativa de Defesa Estratégica**)

Guerra Fria

Estado de tensão entre adversários em que determinadas acções, excluindo confrontos directos entre forças regulares, são usadas para atingir objectivos nacionais. Essas acções podem ser políticas, económicas, tecnológicas, sociais, paramilitares e militares – em escala reduzida. O termo «guerra fria» é geralmente empregue para referir as relações entre os Estados Unidos e a URSS desde os finais da década de 1940 até 1960, período em que se inicia a détente. (Ver **Détente**)

Guerra Limitada

Conflito no qual os beligerantes se limitam a si próprios em termos de objectivos, forças, armas, alvos e áreas geográficas. A guerra limitada implica o emprego exclusivo de forças militares convencionais para a obtenção de objectivos políticos específicos.

Guerra Não Convencional

Largo espectro de operações militares e paramilitares levadas a cabo em território ocupado pelo inimigo, ou politicamente sensível. A guerra não convencional inclui, mas não se limita, aos domínios interrelacionados da guerrilha, fuga e evasão, subversão, sabotagem, e outras operações de natureza clandestina, secreta ou discreta. Estes aspectos interrelacionados podem ser implementados individual ou colectivamente por pessoal predominantemente indígena, geralmente apoiado e dirigido a vários níveis por (uma) fonte(s) externa(s) em todos os aspectos de guerra ou paz.

Guerra por Procuração

Forma de guerra limitada na qual as grandes potências evitam um confronto directo para a defesa dos seus interesses e objectivos de segurança nacional colocando em conflito representantes ou países associados. (Ver **Guerra Limitada**)

Guerra Total

Conflito armado entre grandes potências no qual são utilizados todos os recursos dos beligerantes, e em que a sobrevivência nacional do beligerante mais fraco fica em perigo.

H

Hi-Lo Mix

Combinação de componentes de alto custo e eficácia com outros de custo relativamente menor e de menor eficácia num dado sistema de armas, para obter o melhor equilíbrio possível entre quantidade e qualidade por forma a maximizar as capacidades e minimizar as despesas.

I

Infra-estrutura

Termo geralmente aplicado a todas as instalações permanentes ou fixas, fábricas ou instituições, para o apoio e controlo das forças militares.

Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI)

A 23 de Março de 1983, o presidente Ronald Reagan anunciou a sua intenção de empenhar os meios económicos, técnicos e científicos dos EUA num programa de investigação que estudasse as possibilidades das tecnologias emergentes para criar um avançado sistema de defesa – baseado em terra e no espaço – que eliminasse a ameaça causada pelos mísseis balísticos. Nesse discurso à nação, Ronald Reagan apelou à comunidade científica para que empenhasse o seu talento «à causa da Humanidade e da paz mundial» num esforço intensivo para definir um programa de pesquisas e desenvolvimento a longo-prazo para produzir sistemas capazes de interceptar e destruir os mísseis balísticos antes de atingirem o território. A actual fase de pesquisas aponta para a existência de sistemas de armas colocados no espaço (laser; feixes de partículas; estações de batalha de mísseis) e em terra (ABM e ASAT) que interceptam os mísseis numa das três fases do seu percurso: impulso, voo balístico, reentrada na atmosfera. Este programa de pesquisa foi oficialmente designado por Iniciativa de Defesa Estratégica, tendo-se popularizado com a expressão «Guerra das Estrelas».

Intercepção Directa-Ascendente

Intercepção de um satélite através de um sistema ASAT lançado directamente do solo. (Ver **Sistema ASAT**)

Interesse Nacional

Conjunto de elementos altamente generalizados que constituem as necessidades essenciais de um Estado, como a auto-preservação, a independência, a integridade nacional, a segurança militar e o bem estar económico e social. A salvaguarda do interesse nacional em política externa exige um tratamento «realista» dos problemas internacionais, baseado no uso do poder divorciado de princípios e valores morais. Os conflitos de interesses nacionais no sistema de Estados são resolvidos através da diplomacia, da lei internacional, das instituições internacionais ou, em último caso, através da guerra. Historicamente, o interesse nacional evoluiu como «raison d'état» (razão de Estado), uma doutrina elaborada no século XVI por Maquiavel, que defendia que a segurança e a vantagem nacionais são as considerações mais importantes para a acção do Estado.

Internacionalismo

Teoria e prática de envolvimento nacional em esforços cooperativos inter-Estados para resolver problemas de segurança, políticos, económicos e sociais comuns. O internacionalismo pretende atingir níveis máximos de cooperação entre Estados, apoiar organizações internacionais globais e regionais, participar em sistemas de alianças, comércio multilateral e políticas monetárias, e apoiar uma abordagem comum dos problemas sociais mais prementes. Teoria vulgarmente utilizada pelos regimes comunistas para explicarem a presença de forças suas em países amigos, como nos casos de Angola e Afeganistão.

Interoperacionalidade

Capacidade das Forças Armadas de Estados diferentes para operarem os equipamentos de qualquer outra e de trocarem os componentes desse equipamento. (Ver **Acordo de Standardização ou STANAG**).

Informações (Intelligence)

Produtos resultantes da pesquisa, avaliação, análise, integração e interpretação de todas as informações respeitantes a um ou mais objectivos de uma área ou país estrangeiro, as quais são imediata ou potencialmente significativas para o desenvolvimento e execução de planos, políticas e operações.

Isolacionismo

Teoria e prática de não envolvimento nos assuntos de outras nações. O isolacionismo como ideologia política é alimentado pela separação geográfica, ideológica e cultural.

J

Jogos de Guerra

Simulação de operações militares envolvendo duas ou mais forças opositoras. Estes jogos utilizam regras, informações e procedimentos similares às situações reais.

L

Lançador

Estrutura concebida para apoiar e sustentar um míssil em posição de fogo.

Lançamento a Frio

Técnica usada para ejectar um míssil do silo antes da ignição total do foguete. Também chamada «Pop-Up».

Launch on Warning

Doutrina que determina o disparo de mísseis balísticos no momento em que é detectado o lançamento de mísseis inimigos e antes de as suas ogivas atingirem os respectivos alvos. Esta doutrina tem sido objecto de polémicos debates na NATO, destacando-se sectores políticos e militares que defendem a sua imposição às forças nucleares estacionadas na RFA.

Lei Marcial

Governo militar estabelecido sobre uma população civil durante uma emergência, em que os decretos militares se sobrepõem às leis civis e os tribunais militares substituem os tribunais civis. A lei marcial pode ser acompanhada pela suspensão do habeas corpus. Embora algumas constituições não deleguem poderes específicos para a declaração da lei marcial, ela está implícita nos poderes militares e de defesa e pode ser invocada pelo presidente ou governo quando necessária para a segurança da nação.

Limiar de Nuclearização

Barreira psicológica entre a guerra convencional e nuclear. A dificuldade em ultrapassar este limiar varia directamente com a relutância de um Estado em usar armas nucleares. (Ver **Firebreak**)

Local Zero

Ponto da superfície da Terra que constitui o centro, ou está na vertical, acima ou abaixo, de uma detonação nuclear que se verificou ou que se planeia.

Logística

Conjunto de actividades que visam assegurar a satisfação das necessidades das Forças Armadas em quantidade, qualidade, momento e lugar adequados. A logística engloba actividades como a obtenção, armazenagem, transporte, distribuição, manutenção, evacuação e destino de todo o tipo de materiais.

M

Megatonelada (MT)

Poder explosivo equivalente a 1 000 000 (um milhão) de toneladas de trinitrotolueno (TNT). Usada como medida de potência das armas nucleares. (Ver **Quilotonelada**)

Minas Espaciais

Mina espacial que pode permanecer em estado inerte na proximidade do satélite-alvo. No momento de ataque a mina é activada, dirige-se para o satélite-alvo e destrói-o através de uma explosão que pode ser convencional ou nuclear. Os satélites colocados em órbita geoestacionária são particularmente vulneráveis às minas espaciais. (Ver **Órbita Geoestacionária**)

Minuteman II (EUA)

Míssil balístico intercontinental (ICBM) de 2.ª geração. Entrou em funcionamento em 1970, tem um alcance de 12 mil quilómetros, e possui uma ogiva MARV de 1 megatonelada.

Minuteman III (EUA)

Míssil balístico intercontinental (ICBM) de 3.ª geração, considerado a espinha dorsal dos ICBM norte-americanos. Entrou em funcionamento em 1975, tem um alcance de 11 mil quilómetros, e possui três ogivas MIRV de potencial desconhecido (CEP-300m).

Mísseis Anti-Balísticos (ABM)

Míssil defensivo concebido para interceptar e destruir em voo um míssil balístico ofensivo e a sua carga nuclear. O sistema ABM é um dos componentes da SDI. Actualmente, só a União Soviética possui mísseis anti-balísticos estacionados em redor de Moscovo e ao abrigo do Tratado SALT-I. (Ver **SDI**; **Tratado SALT-I**)

Mísseis SAM (URSS)

Designação de todos os mísseis tácticos solo-ar soviéticos que podem ser transportados por veículos ou soldados. Nesta categoria, existem desde o SAM 1 (1960) ao SAM 8, o mais recente modelo.

Míssil Balístico

Míssil lançado para o espaço por um foguete de um ou mais andares e sem apoio de estruturas aerodinâmicas exteriores (asas, etc.). Terminada a fase de impulso, os veículos de reentrada seguem trajectórias balísticas determinadas principalmente pelas leis de gravidade e pelo «arrastamento» aerodinâmico. Estes mísseis apenas permitem pequenas correcções de trajectória durante o voo e na fase de condução terminal. (Ver **MIRV**; **MARV**; **ICBM**)

Míssil Balístico de Médio Alcance (MRBM)

Míssil balístico com um alcance de 600 a 1500 milhas náuticas – entre 1100 a 2700 quilómetros. Nesta categoria incluem-se os Pershing II e Cruise dos EUA.

Míssil Balístico de Curto Alcance (SRBM)

Míssil balístico com um alcance até 600 milhas náuticas – 1100 quilómetros. Nesta categoria incluem-se os Pershing I, Lance, dos EUA. A URSS possui o Scud, Scaleboard e Frog. A França possui o Pluton.

Míssil Balístico Intercontinental (ICBM)

Míssil balístico com um alcance de 3000 a 8000 milhas náuticas – de 5500 a 14 800 quilómetros. Nesta categoria incluem-se todos os mísseis estratégicos dos EUA, URSS, França, Grã-Bretanha.

Míssil Balístico de Alcance Intermédio (IRBM)

Míssil balístico com um alcance de 2700 a 5500 quilómetros. Nesta categoria incluem-se os 55-20 da URSS.

Míssil Balístico Lançado do Mar (SLBM).

Míssil balístico nuclear transportado e lançado de um submarino ou navio. Incluem-se na categoria os mísseis estratégicos.

Míssil de Cruzeiro

Míssil guiado que voa a altitudes muito baixas (até um mínimo de 20 metros), a velocidade subsónica e está programado para seguir o contorno do terreno de forma a não ser detectado por radar. Pode ser lançado do solo, ar ou mar e transportar um explosivo nuclear ou convencional.

Míssil Móvel

Míssil balístico ou de cruzeiro instalado numa plataforma móvel terrestre, aérea ou naval.

Míssil MX (EUA)

Míssil balístico intercontinental (ICBM) de 4.ª geração, ainda em fase de testes e desenvolvimento. Alcance previsto de 10 mil quilómetros e com 10 ogivas MIRV de 350 quilotoneladas (CEP-100m). A Administração Reagan designa este míssil por peacekeeper (guardião da paz).

Míssil SS-18 (URSS)

Míssil balístico intercontinental (ICBM) de 2.ª geração, considerado o maior e mais pesado do mundo. Entrou em funcionamento em 1976, tem um alcance de 12000 quilómetros, e possui 8 a 10 ogivas MIRV de 50 megatoneladas (CEP315m).

Míssil SS-19 (URSS)

Míssil balístico intercontinental (ICBM) de 3.ª geração, considerado a espinha dorsal das forças de dissuasão soviéticas. Entrou em funcionamento em 1975, tem um alcance de 8800 quilómetros, e possui 6 ogivas MIRV de potencial desconhecido.

Míssil SS-20 (URSS)

Míssil balístico de médio alcance (IRBM) de 3.ª geração, estacionado no teatro europeu. Entrou em funcionamento em 1976, tem um alcance de 5500 quilómetros e

possui três ogivas independentes com um potencial de 250 quilotoneladas (CEP-180m). Móvel.

Míssil SS-22 (URSS)

Míssil balístico de curto alcance (SRBM) de 3.^a geração, estacionado em vários países. Tem um alcance de 925 quilómetros, e transporta uma carga de 150 quilotoneladas (CEP-180m). Também conhecido por Scud.

Míssil SS-X-24 (URSS)

Míssil balístico intercontinental (ICBM) de 4.^a geração, ainda em fase de testes e desenvolvimento. Alcance previsto de 10 mil quilómetros e com 10 ogivas MIRV de potencial desconhecido.

Mobilidade Estratégica

Capacidade para transportar pessoal e equipamento através de vários teatros de operações.

Multipolaridade

Distribuição de poder entre vários blocos da comunidade internacional, em oposição à divisão de poder em apenas dois blocos, ou bipolarização.

N

Nacionalismo

Forças sociais e psicológicas que emanam de factores culturais e históricos únicos proporcionando unidade e inspiração a um dado povo que possui características ou experiências culturais, linguísticas, raciais, históricas ou geográficas comuns. O nacionalismo moderno fez a sua aparição como força política e ideológica importante no início do século XIX, nomeadamente na França napoleónica. O nacionalismo é fortalecido em alguns Estados pelo «etnocentrismo» (a crença na superioridade do grupo ou cultura a que se pertence), e pela «xenofobia» (medo exagerado ou desconfiança de estrangeiros e das políticas e objectivos de outras nações).

Negociações MBFR

Os EUA, URSS e outros países da NATO e Pacto de Varsóvia iniciaram em 30 de Outubro de 1973, em Viena, as negociações para a Redução Mútua e Equilibrada de Forças na Europa Central (MBFR). A quantidade de tropas a reduzir por cada um dos blocos tem constituído o maior obstáculo para se alcançar um acordo nestas negociações, que ainda hoje prosseguem na capital austríaca.

Negociações START

A 29 de Junho de 1982 iniciam-se em Genebra as negociações para a redução de armas estratégicas (START) entre delegações dos EUA e URSS, em substituição do processo SALT. Pela primeira vez, os dois países discutem reduções dos arsenais

nucleares. Apesar de várias propostas de ambas as partes formuladas no decorrer de cinco sessões, a URSS anuncia o seu abandono das negociações a 8 de Dezembro de 1983, por alegado protesto contra a instalação na Europa dos euromísseis.

Neutralidade

Estatuto legal de uma nação que não participa numa guerra entre outros Estados. De acordo com a lei internacional, este Estado é livre de defender o seu território ou águas neutrais contra um ataque dos beligerantes. Embora a opinião pública ou até o Governo de um Estado neutral possa simpatizar com um ou outro lado, para manter a sua posição neutral esse Estado não se envolve em acções que possam favorecer um dos beligerantes. Alguns Estados, como a Áustria, Suíça, Suécia e Irlanda, optaram por uma doutrina de neutralidade perpétua.

Não-Alinhamento ou Neutralismo

Uma «terceira força» na luta pela partilha do poder composta por Estados que prosseguem políticas de não alinhamento face aos blocos comunista e capitalista. A maior parte das nações da Ásia, África e Médio Oriente, e alguns Estados da Europa e América Latina recusaram-se a aderir a sistemas de aliança militar inspirados tanto pelos Estados Unidos como pela União Soviética. Embora alguns destes Estados tenham simpatia ideológica por um ou outro lado, nenhum se envolveu em qualquer compromisso militar. O neutralismo «político» durante a guerra fria deve ser diferenciado da neutralidade «legal», um estatuto previsto pela lei internacional segundo o qual certos Estados renunciam a qualquer guerra a favor da neutralidade permanente. (Ver **Neutralidade**)

O

Ogiva

Cabeça de um míssil, projectil, torpedo, foguete ou outra munição, a qual contém o sistema nuclear ou termonuclear, sistema de explosivo convencional, materiais químicos ou biológicos, ou materiais inertes concebidos para infligir danos.

Opção Zero

A 18 de Novembro de 1981, o presidente Ronald Reagan anunciou que os EUA e a NATO estavam preparados para cancelar a instalação dos mísseis de cruzeiro e Pershing II na Europa se a URSS desmantelasse a totalidade dos seus mísseis SS-20, SS-4 e SS-5. Esta proposta foi depois formalizada por Paul Nitze nas negociações INF em Genebra, passando a ser conhecida por «Opção Zero».

Órbita Alta

Órbita acima dos 35 000 quilómetros.

Órbita Média

Órbita que varia entre os 1500 e os 35 000 quilómetros.

Órbita Baixa (LEO)

Órbita que varia entre os 150 e os 1500 quilómetros de altitude.

Ordem de Batalha

A identificação, poderio, estrutura de comando, e disposição do pessoal, unidades e equipamento de uma dada força militar.

Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO-OTAN)

Organização criada ao abrigo do Tratado do Atlântico Norte (1949) destinada a promover a criação de uma única força de defesa para salvaguarda da segurança na área do Atlântico Norte. Os membros concordam no Artigo V do Tratado em considerar um ataque contra qualquer um deles como um ataque contra todos, e se ocorrer um ataque armado, cada qual prestará a assistência que achar necessária. Os membros da Organização Tratado do Atlântico Norte são 16; os 12 originais – Bélgica, Grã-Bretanha, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal e os Estados Unidos; três Estados que aderiram ao Tratado nos anos 50: Grécia, Turquia e Alemanha Ocidental; e um em 1982: Espanha. Os membros da NATO procuram obter, além da segurança mútua, «o progressivo desenvolvimento de relações internacionais pacíficas e amistosas ... e eliminar os conflitos das suas políticas económicas internacionais».

Os seus principais órgãos políticos são o Conselho do Atlântico Norte; o Secretariado-Geral; e o Conselho dos Representantes Permanentes.

Organização do Tratado Central (CENTO) ou Pacto de Bagdad

Aliança formada pela Grã-Bretanha, Irão, Paquistão e Turquia. Originalmente conhecida como Pacto de Bagdad, o seu nome foi alterado para CENTO, e a sede transferida de Bagdad para Ancara quando um Governo neutralista tomou o poder no Iraque em 1958, retirando-se da aliança.

Overkill

Capacidade de destruição superior à que é teoricamente necessária para destruir alvos específicos e atingir os objectivos de segurança designados. Termo vulgarmente utilizado em referência ao excesso de armas nucleares no mundo.

P

Pacto de Anzuk

Associação regional militar formada em 1968 pela Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, Singapura e Malásia. Os Estados Unidos aderiram de forma não oficial, em 1972, com a posição activa da VII Esquadra. Esta aliança encontra-se sob o comando de um oficial australiano.

Pacto de Varsóvia

Aliança multilateral, político-militar, formada pelo Tratado de Amizade, Assistência Mútua e Cooperação, assinado em Varsóvia a 14 de Maio de 1955 pelos Governos da União Soviética, Albânia, Bulgária, Checoslováquia, República Democrática Alemã, Hungria, Polónia e Roménia. A Albânia retirou-se do Pacto em Setembro de 1968. O Pacto somente abrange os territórios europeus dos Estados membros. A União Soviética está ainda ligada por Tratados bilaterais de Amizade e de Assistência Mútua com a Bulgária, Checoslováquia, República Democrática Alemã, Hungria, Polónia e Roménia; estes países por sua vez têm Tratados bilaterais entre si. A Organização do Pacto de Varsóvia é formada pelas seguintes estruturas; Comité Político Consultivo (PCC); Comissão Permanente; Secretariado Combinado; Conselho Militar; Conselho dos Ministros da Defesa e Junta Suprema de Comando.

Paridade

Estrutura de uma força standard que indica o máximo das capacidades militares que podem ser comparadas a uma força igual de um determinado opositor. O termo paridade também é utilizado em referência ao equilíbrio de forças nucleares entre EUA e URSS.

Pershing II (EUA)

Míssil balístico de intermédio alcance (IREM) estacionado no teatro europeu (euromíssil). Substituiu o Pershing I em finais de 1983, na sequência da «dupla decisão» da NATO. Possui um alcance de 1800 quilómetros e tem uma ogiva de 250 quilotoneladas (CEP-20m). Móvel.

Peso de Propulsão

O peso de propulsão de um míssil é o peso útil máximo que foi testado em voo nos andares propulsores do míssil e que serve como indicador do tamanho da ogiva que o míssil pode transportar. Factores de conversão podem fornecer um peso de propulsão equivalente para bombardeiros tripulados. (Ver **Capacidade de Carga**)

Plano Baruch

Plano anunciado por Bemard Baruch, em Junho de 1946, que previa a criação da **International Atomic Energy Development Authority** para controlar todas as fases do desenvolvimento e utilização da energia atómica. Este plano foi considerado como a primeira tentativa de controlo das armas atómicas, numa altura em que a URSS ainda não possuía a sua bomba A.

Poder Nacional

Combinação de recursos – políticos, económicas, tecnológicos, sociais, científicos, militares e geográficos – de uma nação que abrange o total das suas capacidades e do seu potencial.

Política de Boa Vizinhança ou Corolário Roosevelt

Política dos EUA para a América Latina iniciada nos princípios da década de 1930. O Presidente Franklin Roosevelt descreveu esta política no seu discurso inaugural de Março de 1933 da seguinte forma: «No campo da política mundial, eu dedicarei esta nação à política de boa vizinhança – o vizinho que nitidamente se respeita a si próprio e, por isso mesmo, respeita os direitos dos outros ... » Embora a política se dirigisse

ao mundo em geral, em breve se generalizou o termo para descrever a política americana para tratar as nações latino-americanas como amigas de igual para igual.

Potencial Nuclear

Energia libertada pela detonação de uma arma nuclear medida em termos de quilotonelada ou megatonelada de trinitrotolueno (TNT). O potencial é dividido nas seguintes categorias: muito baixo – menos de 1 quilotonelada; baixo – de 1 a 10 quilotoneladas; médio – de 10 a 50 quilotoneladas; alto – de 50 a 500 quilotoneladas; ou muito alto – acima das 500 quilotoneladas.

Primeiro Ataque

Primeiro movimento ofensivo de um conflito armado aplicado geralmente à guerra nuclear. Tem por objectivo eliminar a hipótese de retaliação por parte do inimigo. (Ver **Contraforça**; **Segundo Ataque**)

Princípios de Guerra

Conjunto de considerações abstractas provenientes da experiência histórica e através das quais, quando aplicadas a circunstâncias específicas, estrategos seleccionam um determinado rumo de acção.

Projecto Manhattan

Nome de código atribuído aos esforços colectivos de investigação que culminaram na detonação das bombas atómicas no Japão em Agosto de 1945. As investigações desenrolaram-se em numerosos locais dos Estados Unidos e Canadá, com a ajuda de cientistas de várias nacionalidades.

Proliferação

Termo usado para referir a existência de capacidades e/ou armas nucleares em países não pertencentes ao actual «clubes nuclear». (Ver **Clube Nuclear**)

Propaganda

Difusão de notícias, factos, comentários, ideias, doutrinas e apelos com o objectivo de influenciar as opiniões, os sentimentos, as convicções, atitudes e o comportamento de indivíduos ou grupos humanos.

Proposta «Open Skies»

Em Julho de 1955, durante uma cimeira em Genebra com a presença do líder soviético Nikita Krutchev, do primeiro-ministro britânico Eden e do seu homólogo francês Faure, o presidente Eisenhower apresentou o seu plano «Open Skies», que visava a permissão de voos de reconhecimento sobre instalações militares dos EUA e URSS. A proposta tinha por objectivo prevenir um ataque de surpresa e foi a primeira tentativa para se criar um sistema de inspecções no controlo de armamentos.

Protecção contra Laser

Forma de reduzir a vulnerabilidade de um satélite a um feixe de laser através da colocação de painéis solares, sensores de raios infravermelhos ou filtros ópticos. (Ver **Armas de Raios Laser e Armas de Feixes de Partículas**)

Protocolo ABM de 1974

Assinado em 3 de Julho de 1974, este protocolo adicional ao Tratado ABM do SALT I limita os EUA e URSS a apenas um único local para a instalação dos seus mísseis anti-balísticos. Actualmente só a URSS possui este tipo de mísseis instalados em redor de Moscova.

Protocolo de Genebra

Assinado em 17 de Junho de 1925 por 103 países, o Protocolo de Genebra proíbe a utilização em conflitos armados de gases asfixiantes, tóxicos ou outros, e de materiais bacteriológicos.

Q

Quilotonelada (QT)

Poder explosivo equivalente a 1000 (mil) toneladas de trinitrotolueno (TNT) e usado como medida de potência para as armas nucleares. (Ver **Megatonelada**)

R

Ratificação

Ação formal para fazer entrar em vigor um tratado que foi aprovado. Os representantes das partes contratantes reúnem-se depois para a troca das ratificações respectivas. O tratado é então oficialmente proclamado, adquirindo valor legal.

Resolução Pacífica de Disputas

Solução pacífica de disputas internacionais por um ou mais dos seguintes métodos: negociação, inquérito, bons ofícios, mediação, conciliação, arbitragem ou adjudicação. A resolução pacífica pode ser tentada através dos tradicionais canais diplomáticos, organizações ou acordos regionais, ou pelos órgãos ou agências das Nações Unidas. O Capítulo VI da Carta das Nações Unidas descreve em detalhe os procedimentos políticos à disposição do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral; o Capítulo XV delega responsabilidades de resolução pacífica no Secretário Geral e o Capítulo XIV prescreve os processos legais pelos quais o Tribunal Internacional de Justiça pode tentar resolver disputas.

Reserva Estratégica

Conjunto de forças e equipamentos, colocados em reserva e à disposição do comandante supremo, para fazer face a situações imprevistas e prolongar ou reforçar a acção de forças utilizadas em primeiro escalão.

Resposta Controlada

Forma de responder a um ataque militar com uma acção militar adequada às circunstâncias e de modo a evitar uma guerra nuclear. (Ver Resposta Flexível)

Resposta Flexível

Estratégia oficial da NATO desde 1967, que prevê a utilização de forças e armas adequadas para responder a qualquer espécie de conflito, e permite a flexibilização no tipo de armas a empregar, designadamente a passagem de convencionais a nucleares, para conter uma eventual invasão, mesmo que o inimigo não tenha transposto o limiar da nuclearização. Esta estratégia foi formulada pelo secretário da Defesa, Robert McNamara, no início dos anos 60 e adoptada pela Administração Kennedy em substituição da retaliação maciça. A resposta flexível é também conhecida por doutrina McNamara.

Resposta Gradual

Escalada gradual na aplicação do poder nacional para fazer face a uma ameaça à segurança. Este tipo de escalada permite ao opositor acomodar-se à elevação gradual do poder. Esta estratégia precedeu a Resposta Flexível, e foi introduzida nos dois últimos anos da Administração Eisenhower.

Resposta Horizontal

Estratégia concebida pelo secretário da Defesa Caspar Weinberger, que aponta para um ataque a uma determinada área geográfica de interesse vital para o inimigo como retaliação por uma acção bélica desencadeada numa zona considerada de segurança vital para os EUA. Esta estratégia pode ser exemplificada com o seguinte cenário: a invasão do Irão pela URSS implicaria uma acção de retaliação dos EUA em Cuba.

Retaliação Maciça

Doutrina estratégica dos Estados Unidos durante os anos 50, concebida pelo secretário de Estado Alan Dulles, e que previa a utilização de armas nucleares como resposta a qualquer tipo de agressão militar, mesmo convencional. A retaliação maciça foi inicialmente adoptada como resposta aos cortes no orçamento do Departamento de Defesa para permitir um mínimo de gastos em armas convencionais. Esta doutrina veio depois a ser substituída pela Resposta Flexível formulada pelo secretário da Defesa Robert McNamara, durante a Administração Kennedy.

S

Sanções

Acção punitiva colectiva que envolve medidas diplomáticas, económicas ou militares contra um Estado. Segundo a Carta das Nações Unidas, quando o Conselho de Segurança considera que existe uma ameaça à paz, uma quebra da paz, ou um acto de agressão, os seus membros podem ser instados a praticar sanções militares ou não militares contra o Estado em falta. Desde a adopção da resolução «Unidos para a paz», de 1950, a Assembleia Geral tem também poderes para instaurar sanções contra um agressor mediante uma votação de dois terços. As sanções podem incluir

medidas como o corte de relações diplomáticas, embargo ou bloqueio, e o uso da força.

Santuário

Designação do território nacional francês de acordo com a doutrina proclamada pelo general Charles De Gaulle. A ideia de ocupação do «santuário» por um eventual agressor – «profanador» – implica a punição pela force de frappe, conforme o princípio dessa doutrina. Por extensão aplica-se o termo aos territórios dos EUA e da URSS.

Satélite Semi-Síncrono

É um satélite que completa exactamente duas órbitas num dia.

Satélite Geo-Síncrono

É um satélite que dá a volta à Terra exactamente em um dia, dando a aparência de estar estacionário a um observador colocado na Terra. Também chamado de órbita geoestacionária.

Segurança colectiva

Sistema mundial de segurança pelo qual todas ou a maioria das nações concordam antecipadamente em actuar colectivamente contra qualquer Estado ou Estados que quebrem a paz. A segurança colectiva baseia-se no pressuposto de que, normalmente, nenhuma nação ou grupo de nações ousaria desafiar o poder da comunidade mundial, mas, se ocorresse um ataque, as nações honrariam os seus compromissos e empreenderiam uma acção policial colectiva. As Nações Unidas concretizam o conceito de segurança colectiva. Ao abrigo do Capítulo VII da sua Carta, a organização pode empreender uma acção desse tipo, tanto diplomática, como económica, ou militar, que se revele necessária para a preservação da paz. A responsabilidade primária é atribuída às cinco grandes potências (Estados Unidos, URSS, Grã-Bretanha, França, China), tendo cada uma delas direito de veto no Conselho de Segurança. A partir de 1950, a Assembleia Geral tem igualmente poderes, de acordo com a Resolução «Unidos para a Paz», para autorizar acções de segurança colectiva se o Conselho de Segurança estiver num impasse devido a um veto. A segurança colectiva é também por vezes utilizada para descrever alianças firmadas segundo um sistema de equilíbrio de poder.

Segurança Nacional

Condição de um Estado que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência, assegurando a soberania, unidade e integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições.

Sensores

Engenhos usados para detectar armas ou determinar o seu estado de desenvolvimento. Como exemplos existem os radares, sistemas ópticos usados em mísseis e sistemas de alerta aéreo, sismógrafos usados na detecção de testes nucleares

subterrâneos, e engenhos usados para detectar emissões radioactivas a longa distância provenientes de testes nucleares.

Sistema de Aquisição do Alvo

Sistema que detecta, identifica, e localiza um alvo com um detalhe que permite o uso de uma determinada arma.

Sistema ASAT

Armas concebidas para destruir ou tornar inoperacional um satélite colocado em órbita baixa. As actuais armas anti-satélite dos EUA e URSS são pequenos mísseis de alta velocidade disparados de um avião (americano) ou de plataformas terrestres (soviético). Os métodos de destruição dos sistemas ASAT podem ser por explosão nuclear; carga explosiva convencional com fragmentação; ou choque frontal com o satélite-alvo.

Sistema de Base Avançada (FBS)

Sigla que refere os aviões norte-americanos de médio alcance estacionados em bases europeias ou em porta-aviões colocados na periferia do território da URSS.

Sistema de Condução Terminal

Sistema que dirige a ogiva durante a sua fase terminal de voo até atingir o alvo. Estes sistemas permitem uma grande precisão.

Sociedade das Nações

Primeira organização internacional global instituída para preservar a paz e a segurança e promover a cooperação entre as nações no campo económico e social. A Sociedade foi criada pelas potências vitoriosas da Primeira Guerra Mundial em 1919, lideradas pelo Presidente Woodrow Wilson, mas os Estados Unidos não aderiram. A organização operava de acordo com um sistema constitucional estabelecido no seu Convénio, uma secção do Tratado de Paz de Versailles. Um Conselho e uma Assembleia eram os órgãos mais importantes (semelhantes ao Conselho de Segurança e Assembleia Geral das Nações Unidas) sendo criados comités e comissões para lidar com problemas relacionados com mandatos, assuntos militares, e desarmamento. Um Secretariado, chefiado por um secretário-geral e servido por funcionários públicos internacionais, proporcionava continuidade e peritagem na investigação e acompanhamento dos problemas. Um Tribunal Mundial (o Tribunal Permanente de Justiça Internacional, predecessor do actual Tribunal internacional de Justiça) e a Organização Internacional do Trabalho eram independentes da Sociedade mas trabalhavam no seu âmbito. Sessenta e três nações aderiram à Sociedade e a sua sede situava-se em Genebra, Suíça.

SDI

Ver Iniciativa de Defesa Estratégica

Submarino Estratégico Balístico Nuclear (SSBN)

Submarino movido a energia nuclear e equipado com mísseis balísticos nucleares.

Suficiência

Nível de força militar adequado para atingir os objectivos de um dado país. Dependendo de factores vários, a superioridade, igualdade, ou inferioridade do poderio militar face a uma potência rival pode ser considerada suficiente.

Status Quo

Termo descritivo usado por analistas de política internacional para descrever a política externa de um Estado que pretende manter a distribuição de poder existente no mundo. O conceito deriva do termo diplomático status quo ante bellum, cláusula normalmente incluída nos tratados de paz que prevê a restauração das condições existentes antes da guerra.

T

Táctica

Arte e ciência de tomar decisões referentes à distribuição de tropas no terreno, armas a serem utilizadas, momento adequado para o início das operações e outras decisões que tenham por fim obter sucesso militar numa batalha ou num confronto limitado. A tática, ao contrário da estratégia, envolve planeamento a curto prazo, numa escala relativamente reduzida, elaborado por comandantes no terreno ou oficiais médios do estado-maior. A decisão de efectuar bombardeamentos em cidades inimigas, por exemplo, é uma questão de estratégia decidida aos mais altos níveis político e militar, mas a decisão de um comandante militar de recorrer, a um bombardeamento para apoiar as suas tropas numa ofensiva contra forças inimigas é uma decisão tática. (Ver **Estratégia**)

Task Force

Expressão designar utilização de porta-aviões como forças de combate especializadas e com concentrado poder ofensivo, defensivo e de reconhecimento. Por razões económicas e de flexibilidade estratégica, todos os porta-aviões dos EUA possuem capacidades de guerra anti-submarina e de ataque nuclear.

Teatro de Guerra

Espaço terrestre, marítimo ou aéreo que está, ou poderá vir a estar, envolvido em operações de guerra. A Europa é por norma considerada como um provável teatro de guerra.

«Telefone Vermelho»

A 20 de Junho de 1963 e após a crise de Cuba, os EUA e a URSS decidem estabelecer uma linha de comunicação directa entre a Casa Branca e o Kremlin, para

uso em caso de crise. Esta «linha quente» é vulgarmente conhecida por «telefone vermelho», muito embora a comunicação entre os líderes dos dois Estados seja efectuada através de uma tele-impressora.

Teoria de «Coupling»

Ligação de um conflito de nível regional ou local à possibilidade de emprego da Tríade estratégica dos Estados Unidos, com o objectivo de desencorajar qualquer agressão. A credibilidade desta associação é uma questão que preocupa os membros europeus da NATO.

Teoria do Dominó ou Doutrina Eisenhower

Doutrina que presume que se alguma nação ou região geográfica-chave cai sob controlo comunista, um conjunto de outras nações cairá seguidamente «como uma fila de dominós». A **Teoria do Dominó** foi formulada pelo Presidente Dwight D. Eisenhower e seus principais conselheiros em 1954, para descrever os perigos da expansão comunista na Ásia.

Think Tanks

Empresas ou instituições privadas especializa das na análise e investigação de assuntos de defesa.

Titan II (EUA)

Míssil balístico intercontinental (ICBM) de 2.^a geração. Entrou em funcionamento em 1962, tem um alcance de 12 mil quilómetros, e possui uma ogiva MARV de 9 megatoneladas.

Tomahawk (EUA)

Míssil de cruzeiro nas versões solo, ar e mar (GLCM; ALCM; SLCM). Instalado em alguns países da NATO, na versão GLCM, na sequência da «dupla decisão». Tem um alcance de 2500 quilómetros, uma velocidade subsónica (850 km) e possui uma ogiva de 250 quilotoneladas (CEP-80m).

Tratado

Acordo formal entre duas ou mais nações. O processo de um tratado inclui negociações, assinatura, ratificação, troca de ratificações, publicação e proclamação, e execução do tratado. Tratados entre apenas dois Estados são chamados bilaterais, enquanto os que envolvem mais de duas partes são multilaterais. Os tratados podem expirar ao fim de um prazo específico, quando certas condições foram atingidas, ou por mútuo acordo. A denúncia de um tratado por uma das partes pode dar-se quando existe um estado de guerra ou quando as condições foram substancialmente alteradas (*rebus sic stantibus*).

Tratado do Antártico

Tratado assinado em 1 de Dezembro de 1959 por 24 países, declara a Antártica como zona a utilizar exclusivamente para fins pacíficos. Este tratado constitui uma das

primeiras medidas de desmilitarização, embora não resolva a questão da soberania territorial daquele continente.

Tratado de Anzus

Tratado de Segurança assinado em 1951 entre a Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos da América. O tratado prevê que um ataque a um dos membros constitui um ataque comum e que cada um deverá responder de acordo com os seus processos constitucionais. Um desacordo entre os Governos de Wellington e Washington levou a Administração Reagan a denunciar este acordo em Agosto de 1986.

Tratado de Defesa Colectiva do Sudeste Asiático (SEATO)

Aliança firmada em 1954 com o objectivo de defender a região Sudeste da Ásia da agressão comunista. Os membros da aliança, que concordaram em fazer consultas entre si sobre uma eventual acção conjunta sempre que um deles seja ameaçado de agressão externa ou subversão interna, são a Austrália, Grã-Bretanha, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia e Estados Unidos. Para implementar o tratado, uma Organização do Tratado da Ásia do Sudeste (SEATO) foi criada com sede em Bangkok.

Tratado sobre os Fundos Marítimos

Tratado assinado em 11 de Fevereiro de 1971 por 72, países sob proposta dos EUA e URSS, proibindo a instalação de armas nucleares nos fundos marítimos. Este tratado não impõe qualquer restrição à instalação de sistemas de armas nucleares em áreas oceânicas.

Tratado de Limitação de Ensaios

Os EUA e a URSS assinam a 3 de Julho de 1974 o tratado que limita a 150 quilotoneladas a potência máxima dos ensaios com armas nucleares.

Tratado de Não Proliferação Nuclear

Tratado assinado em 1 de Julho de 1968 por 116 países, tendo os EUA, URSS e Reino Unido sido os primeiros subscritores, proíbe a transferência de armas nucleares por parte das actuais potências nucleares e a sua aquisição ou desenvolvimento pelos outros Estados, que ficam sujeitos ao controlo da Agência Internacional de Energia Atómica, para impedir o desvio da energia nuclear de uso pacífico para a construção de engenhos nucleares.

Tratado de Proibição Parcial de Ensaios

Assinado a 5 de Agosto de 1963 pelo Reino Unido, EUA e URSS, proíbe os ensaios de armas nucleares na atmosfera, no espaço exterior e nos mares. Este tratado ajudou a reduzir a contaminação radioactiva causada por explosões nucleares à superfície, mas não limitou os testes subterrâneos.

Tratado do Rio

Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca de 1947 pelo qual 21 Estados americanos concordaram «que um ataque armado contra um Estado americano deverá ser considerado como um ataque contra todos os Estados americanos ... » O Tratado do Rio foi o primeiro pacto de segurança mútua em que os Estados Unidos participaram e tomou-se um modelo para todos os tratados posteriores. Estabelece uma zona de segurança hemisférica que vai do Pólo Norte ao Pólo Sul. Se dentro desta zona ocorrer um ataque, os membros concordam em consultar-se sobre medidas conjuntas a implementar, ao mesmo tempo que conservam a liberdade de agir individualmente. O Tratado prevê igualmente os princípios e os meios que devem inspirar a resolução pacífica de conflitos entre Estados americanos. As decisões referentes à implementação do tratado são tomadas por órgãos da Organização de Estados Americanos.

Tratado SALT I

Richard Nixon e Leonid Brejnev assinam a 26 de Maio de 1972, em Moscova, o primeiro Tratado para a Limitação de Armas Estratégicas (SALT I), pondo fim a três anos de negociações entre delegações dos EUA e URSS. O SALT I consta de dois documentos básicos: um Tratado ABM, que limita os sistemas de mísseis antibalísticos a apenas duas áreas de cada país; um Acordo Interino, que limita o número de mísseis balísticos aos níveis existentes na altura, e permite o aumento de submarinos portadores de mísseis a determinado nível, tendo como contrapartida o desmantelamento ou destruição de um número correspondente de ICBMs ou SLBMs.

Tratado SALT II

Reunidos em Viena a 18 de Junho de 1979, Jimmy Carter e Leonid Brejnev assinam o segundo Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT II), do qual constam os seguintes pontos fundamentais: permissão de um total de 2400 mísseis e bombardeiros estratégicos para cada lado, dos quais só 1200 baseados em terra, ar ou mar podem ser MIRV; a URSS aceita desmantelar 270 mísseis até atingir o nível de 2250; ambas as partes podem desenvolver e produzir um novo tipo de ICBM que não possua mais de 10 ogivas, ou 14 no caso de um SLBM; o Tratado ABM mantém-se em vigor; um Protocolo com o limite temporário de três anos que impõe algumas restrições sobre os ICBMs móveis e mísseis de cruzeiro; aceitação de observações por satélites e outros meios nacionais de informações. O Tratado SALT II não foi ratificado pelo Congresso dos EUA, na sequência da invasão soviética do Afeganistão, em Dezembro de 1979. Contudo, os EUA anunciaram que respeitariam as cláusulas do acordo.

Tratado de Segurança Japão-EUA

O Japão e os Estados Unidos assinaram o tratado de segurança mútua em 1952 para assegurar a defesa das ilhas japonesas. Como retribuição ao direito de manter bases em território japonês, os Estados Unidos assumiram a responsabilidade na defesa daquele país.

Tratado para a Utilização Pacífica do Espaço Exterior

Tratado assinado em 27 de Janeiro de 1967 por 82 países, após propostas submetidas à ONU pelos EUA e URSS, que proíbe a colocação no espaço de armas nucleares ou outras armas de destruição maciça, e estabelece também que os corpos celestes serão exclusivamente utilizados para fins pacíficos. A passagem de mísseis

balísticos com carga nuclear e a colocação no espaço de armas não abrangidas na classificação de destruição maciça não se encontra sujeita a qualquer restrição.

Tríade

Forças nucleares estratégicas dos Estados Unidos divididas em três componentes designados por Tríade. São eles: ICBMs (Mísseis balísticos intercontinentais), Bombardeiros estratégicos, e SLBMs (Mísseis balísticos lançados do mar).

U

«Umbrella» Arms Talks

A 24 de Setembro de 1984, o presidente Ronald Reagan propõe nas Nações Unidas o início de negociações entre os EUA e a URSS que abranjam todo o tipo de armas – convencionais, nucleares e espaciais – bem como medidas de confiança e de cooperação em instituições internacionais. Estas negociações, designadas por «Umbrella Talks», tiveram o seu início a 12 de Março de 1985 em Genebra, após dois encontros preparatórios entre Andrei Gromyko e George Shultz.

União da Europa Ocidental (UEO)

União de sete Estados da Europa Ocidental criada pelo Tratado de Bruxelas, de 17 de Março de 1948, destinada a promover a cooperação nos domínios da defesa, economia e cultura. O desenvolvimento da cooperação europeia na área dos armamentos, bem como o estudo dos problemas de segurança na Europa e medidas efectivas para o fortalecimento do « pilar europeu » da NATO têm sido as contribuições mais importantes desta união. A UEO é constituída pela Bélgica, França, Grã-Bretanha, Luxemburgo, Holanda, RFA e Itália, tendo estes dois últimos países aderido só em 1951, quando o Tratado de Bruxelas foi alterado pelos Acordos de Paris.

V

Vector

Veículo utilizado para lançar e transportar armas nucleares. Bombardeiros, submarinos e veículos terrestres são exemplos dos vedores actualmente desenvolvidos pelas potências nucleares mundiais.

Veículo de Reentrada Manobrável (MARV)

Cabeça (veículo de reentrada) de um míssil balístico com capacidade de alterar a sua trajectória durante a fase de reentrada na atmosfera, o que implica uma maior precisão e maior capacidade de letalidade.

Veículo de Reentrada Múltipla e Independente (MIRV)

Veículo de reentrada de um míssil contendo várias ogivas e cada, uma capaz de atacar um alvo diferente.

Verificação

No controlo de armamentos, qualquer acção, incluindo a inspecção, detecção e identificação que levem à certeza de que os acordos são cumpridos. A verificação tem sido um dos pontos mais controversos nas negociações entre os EUA e URSS. (Ver Controlo de Armamentos)

WYZ

Western European Union (WEU)

Ver União da Europa Ocidental (UEO)

Yeld

Ver Potencial Nuclear

Zonas Desnuclearizadas

Áreas nas quais a produção e estacionamento de armas nucleares são proibidas. O Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina, assinado em 22 de Janeiro de 1968 (Tratado de Tlatelolco), estabelece a América Latina como zona desnuclearizada.

Siglas e abreviaturas

AAA – Artilharia anti-aérea (Armas de 20mm a 130mm)

AAH – Helicóptero de Ataque Avançado.

AAM – Míssil ar-ar.

ACCHAN – Comando Aliado do Canal. NATO

ACE – Comando Aliado da Europa. NATO

ACLANT – Comando Aliado do Atlântico. NATO

AEW – Alerta Aéreo Avançado.

AFCENT – Forças Aliadas na Região Centro. NATO

AFE – Forças Aliadas na Europa. NATO

AFNORTH – Forças Aliadas do Norte da Europa. NATO

AFSOUTH – Forças Aliadas do Sul da Europa. NATO

AGM – Míssil ar-solo.

AIRCENT – Força Aérea da Região Centro. NATO

ALBM – Míssil Balístico Lançado do Ar.

ALCM – Mísseis de Cruzeiro Lançados do Ar.

AMF – Força Móvel ACE. NATO

ARM – Míssil Anti-Radiações.

ASAT – Sistema anti-satélite
ASBM – Míssil Balístico Ar-Superfície
AShM – Míssil Navio-Ar.
ASuM – Míssil Ar-Submarino.
ASW – Guerra Anti-Submarina.
ATAR – Força Aérea Tática Aliada. NATO
ATGM – Míssil guiado anti-tanque.
AWACS – Sistema de Controlo e Alerta Aéreo.
AWX – Avião de Combate para todas as Condições Atmosféricas.
BAOR – Exército Britânico no Reno.
BBR – Bombardeiro.
BDE – Brigada.
BMD – Defesa contra Mísseis Balísticos
BMEWS – Sistema Avançado de Alerta contra Mísseis Balísticos.
BTY – Bateria.
CAV – Cavalaria.
CBW – Armas/guerra Química e Biológica
CDE – Conferência de Desarmamento na Europa
CDO ou CMD – Comando.
CENTAG – Grupo dos Exércitos Centrais. NATO
CENTO – Organização do Tratado Central
CEP – Erro Circular Provável.
C³I – Comando-Controlo-Comunicações e Informações.
CINCCENT – Comandante Chefe da região Centro. NATO
CINCCHAN – Comandante Chefe do Comando do Canal. NATO
CINCEASTLANT – Comandante da Área Oriental do Atlântico. NATO
CINCENT – Comandante das Forças Aliadas na Europa Central. NATO
CINCIBERLANT – Comandante da Área Ibérica do Atlântico. NATO
CINCNORTH – Comandante das Forças Aliadas do Norte da Europa. NATO
CINCSOUTH – Comandante das Forças Aliadas do Sul da Europa. NATO
CINCWESTLANT – Comandante da Área Ocidental do Atlântico. NATO
COMMS – Comunicações.
CSCE – Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa
DIV – Divisão.
ECCM – Contra-contramedidas electrónicas
ECM – Contramedidas electrónicas
ELINT – Informações Electrónicas.

EMT – Equivalência em Megatonelagem.

ERW – Arma de radiação elevada (bomba de neutrões)

EUROGRUPO – Designação informal do grupo europeu de ministros da Defesa da NATO

FBS – Sistemas de Base Avançada

FOFA – Follow-on Force Attack

GLCM – Míssil de Cruzeiro Lançado do Solo.

GW – Arma Guiada.

HV / MED / HELOS – Helicópteros pesados e médios.

IBERLANT – Comando da Área Ibérica do Atlântico.

ICBM – Míssil Balístico Intercontinental.

IEPG – Grupo Europeu Independente de Programas.

INF – Forças Nucleares de Alcance Intermédio

IRBM – Míssil balístico de alcance intermédio

LANDMOB – Míssil Terrestre Móvel.

LAW – Arma ligeira anti-tanque.

LEO – Órbita baixa (150-1500 km)

LGB – Bomba guiada por Laser.

LHA – Navio de assalto anfíbio.

LHA/LPH – Porta-Helicópteros.

LRTNF – Forças Nucleares de Teatro de Longo Alcance

MAC – Conselho do Atlântico Norte. NATO.

MAD – Destruição Mútua Assegurada.

MARV – Veículo de Reentrada Manobrável.

MBFR – Negociações para a Redução Mútua e Equilibrada de Forças.

MICV – Veículo de Combate da Infantaria Mecanizada.

MIRV – Veículo de Reentrada Múltipla e Independente.

MLF – Força Multilateral.

MOR – Morteiro.

MRBM – Míssil Balístico de Alcance Médio.

MRCA – Avião de Combate de Múltiplas Funções.

MRL – Lançador Múltiplo de Foguetes.

MRR – Radioactividade Mínima Residual.

MRV – Veículo de Reentrada Múltipla (não independente)

MSL – Míssil.

MST – Tratado de Segurança Mútua.

MT – Megatoneladas de TNT

NATO. – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

NBC – Armas Nucleares, Biológicas e Químicas.
NCA – Autoridade Nacional de Comando. NATO.
NICS – Sistema Integrado de Comunicação da NATO.
NORAD – Comando de Defesa Aérea dos EUA
NPG – Grupo de Planeamento Nuclear da NATO.
NPT – Tratado de Não Proliferação
QRA – Alerta de Reacção Rápida.
QT – Quilotonelada de TNT
R&D – Pesquisa e Desenvolvimento.
RDF – Força de Intervenção Rápida.
RECCE – Reconhecimento.
REGT – Regimento.
RV – Veículo de Reentrada.
RW – Arma Radiológica
SACEUR – Comandante Supremo Aliado da Europa. NATO.
SACLANT – Comandante Supremo Aliado do Atlântico. NATO.
SAM – Míssil Superfície-Ar.
SEATO – Tratado de Defesa Colectiva do Sudeste Asiático.
SHAPE – Quartel General Supremo das Forças Aliadas na Europa. NATO.
SLBM – Míssil Balístico Lançado do Mar.
SLCM – Míssil de Cruzeiro Lançado do Mar.
SP – Autopropulsionado.
SQN – Esquadrão.
STANAG – Acordo de Standardização. NATO
STANAVFORCHAN – Força Naval Permanente do Canal. NATO
STANAVFORLANT – Força Naval Permanente do Atlântico. NATO
STRATCOM – Comando Estratégico de Comunicações. NATO.
STRICOM – Comando de Ataque. NATO.
SRBM – Míssil Balístico de Curto Alcance.
SSBN – Submarino Estratégico Balístico Nuclear.
SSM – Míssil Superfície-Superfície.
TAC – Comando Aéreo Tático. NATO.
TACSAT – Sistema de Comunicações Tácticas por Satélite. NATO.
TACNUC – Forças Nucleares Tácticas.
TNF – Forças Nucleares de Teatro.
TNW – Arma Nuclear Táctica.
TPT – Transporte.

USAREUR – Exército dos Estados Unidos na Europa.
VSTOL – Avião de Descolagem e Aterragem Curta ou Vertical
WP – Pacto de Varsóvia.

SELECÇÃO DA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

SIPRI Yearbook 1984-1985 – Stockholm International Peace Research Institute.
The North Atlantic Treaty Organization , Facts and Figures – NATO Information Service.
História Política da Bomba Atómica – Claude Delmas, ed. Livros do Brasil.
United States Arms Control and Reduction Initiatives – USIA 1986.
Living With Nuclear Weapons – The Harvard Nuclear Study Group, Batam Books, 1983.
Panorama Estratégico – factos e números Rui Câmara Pina, ed. IEEI.
Anti-Satellite Weapons – Congress of the United States, Office of Technology Assessment 1985.
Soviet Military Power – Department of Defense, 1986.
Glossário de Termos e Expressões para Uso Militar – Instituto de Defesa Nacional.
Military Balance 1985/86 – International Institute for Strategic Studies (IISS), London.
The American Political Dictionary – Jack C. Plano, Milton Greenberg, ed. Holt, Rinehart and Winston, New York.
How To Make War – James F. Dunnigan, ed. Arms and Armour Press, London, 1982.
Weapons of Tomorrow – Brian Beckett, ed.
Orbis Publishing, London.